



GT 034. Estudos etnográficos no mundo dos psicoativos

Edward John Baptista das Neves MacRae (Universidade Federal da Bahia) - Coordenador/a,
Regina de Paula Medeiros (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais) - Coordenador/a

Nos últimos anos, o campo do estudo do uso de substâncias psicoativas, até recentemente apanágio quase exclusivo dos estudos em saúde ou direito, vem também se desenvolvendo de forma muito rápida na antropologia. A nova, mas não inédita, atenção dada aos seus aspectos culturais traz uma série de implicações teóricas, metodológicas, políticas e éticas. Destacam-se aí conflitos entre abordagens teóricas baseadas no interacionismo simbólico e as norteadas pela teoria ator-rede e as questões metodológicas relacionadas a uma maior ou menor participação nas práticas pesquisadas e na militância de diferentes movimentos sociais. Surgem diversas indagações. Pode/ deve o pesquisador usar substâncias psicoativas em campo junto com seus interlocutores? Qual o lugar da autoetnografia? Tampouco podem ser deixadas de fora questões éticas relacionadas ao estudo de populações com práticas ilícitas ou socialmente estigmatizadas. Que proteção se oferece aos sujeitos da pesquisa? E aos pesquisadores? Pensando nestas, propõe-se um grupo de trabalho para refletir sobre instrumentos metodológicos-éticos que possibilitam a compreensão dos contextos sociais onde pesquisadores investigam distintas práticas de uso de psicoativos, sejam eles lícitos, espirituais ou terapêuticos possam trazer à discussão os vários dilemas encontrados em seus estudos.

A medicalização dos sofrimentos sociais: Reflexos do período da internação compulsória para tratamento da hanseníase no Brasil

Autoria: Thiago Pereira da Silva Flores

As análises que serão apresentadas nesse artigo é um recorte da dissertação do curso de mestrado em Ciências Sociais concluído em 2018 na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais PUC Minas com o título "OS EQUÍVOCOS QUE SE REPETEM". Um estudo etnográfico sobre os efeitos da internação compulsória para tratamento da hanseníase e a legislação que determina a mesma medida para os usuários de crack?. Nosso objetivo foi aprofundar no estudo legislativo da internação compulsória para hanseníase e crack, destacando seus danos na construção social das identidades daqueles que passaram pelo isolamento compulsório. No Brasil, até o ano de 1986, as pessoas com hanseníase eram obrigadas a viverem isoladas em Sanatórios e Colônias espalhadas pelo país. A política pública de internação compulsória para os acometidos pela hanseníase teve início com o decreto 16.300 de 1923, sendo substituído pela lei 610 de 1949 e revogada pela lei 5.511 de 1968. No entanto, na prática, as internações compulsórias continuaram acontecendo até o ano de 1986. Foram 18 anos de extensão da política pública higienista sem uma legislação que a permitisse. Desde 2007 o Estado brasileiro reconheceu como crime a internação compulsória das pessoas com hanseníase. Neste artigo, serão apresentadas análises sobre a internação compulsória como política pública no Brasil. Estaremos centrados no instituto "internação compulsória" como consequência no uso de medicamentos destacando o papel da instituição como um lugar heterônimo de rotulação dos "doentes" e legislador sobre a vida dos sujeitos mesmo após décadas do fim da medida. Mesmo a internação compulsória para hanseníase ser considerada um equívoco de política pública no Brasil, na contra mão deste reconhecimento, vem crescendo a internação compulsória para as pessoas que fazem uso de crack, importante destacar que as internações atingiram e atingem diferentes públicos que possui em comum a classificação de grupos marginais. Em síntese, a internação compulsória em locais hospitalares foi e continua sendo medida de saúde, utilizada pelos governos, cumprindo o papel de separar os sujeitos do convívio social, com a justificativa de tratamento de determinadas "doenças". A etnografia realizada na antiga Colônia



São Francisco de Assis localizada no município de Bambuí Minas Gerais, apontou que os moradores e seus familiares se identificam e são identificados externamente como ?doentes?, ?filho de doente?, ?neto de doente?. O rótulo ?doente? é um elemento essencial na construção da identidade dos moradores. Nas narrativas dos interlocutores dessa pesquisa, muitos foram os relatos de uso de medicação para aliviar a tristeza, ansiedade e depressão, as quais aprofundaremos no decorrer deste artigo.

[Trabalho completo](#)



Realização:



Apoio:



Organização:

